

Metodologias utilizadas pelo CAEE (Centro de Atendimento Educacional Especializado), para o atendimento de crianças autistas.

Daniele Maria Mendes Gonçalves – dannii-goncalves@hotmail.com

Maria Alice Abranches – mariaaliceabranches@hotmail.com

Curso de Pedagogia

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ubá

Ubá - MG/ Novembro-2014

Resumo

A presente pesquisa aborda as metodologias utilizadas pelo CAEE (Centro de Atendimento Educacional Especializado) para o atendimento de crianças autistas enquadradas em um Transtorno do Espectro do Autismo, as quais apresentam dificuldades para relacionar e comunicar com outras pessoas e com o mundo. A pesquisa de abordagem qualitativa teve como objetivo investigar e compreender como são utilizadas as metodologias de trabalho com as crianças autistas e como instrumento de coleta de dados a entrevista realizada com a coordenadora do projeto. Pode-se perceber e compreender que o trabalho é voltado para o lúdico, os materiais utilizados são confeccionados pelos próprios professores com base em orientações pedagógicas dadas pela coordenadora. Além disso, o CAEE tem como objetivo fazer com que o aluno seja capaz de se relacionar com o outro e se comunicar com o mundo, independente da forma que será essa relação e comunicação e para este trabalho utilizam a metodologia TEACCH e na relação professor aluno, a afetividade.

Palavras-Chave: Metodologias. Autismo. Centro de Atendimento Educacional Especializado.

Abstract

This research discusses the methodologies used by CAEE (Specialized Educational Service Center) for the treatment of autistic children in a framed Autism Spectrum Disorder, which presents difficulties in relating and communicating with others and with the world. A qualitative study aimed to investigate and understand how the methodologies are used to work with autistic children and as a tool for data collection to interview with the project coordinator. Can perceive and understand is that the work is focused on the playful, the materials used are made by teachers based on pedagogical guidelines made by the coordinator. In addition, the CAEE aims to make the student is able to relate to each other and communicate with the world, regardless of the form it is this relationship and communication, and for this work using the TEACCH methodology and in the teacher student affectivity.

Key-words: Methodologies. Autism. Center for Specialized Educational Services.

1. Introdução

A pesquisa tem como tema, as metodologias utilizadas pelo CAEE (Centro de Atendimento Educacional Especializado) para o atendimento de crianças autistas, e como objetivo investigar quais são estas metodologias e como as mesmas são aplicadas.

Este tema é de relevante importância, devido à necessidade de se divulgar e dar visibilidade a este atendimento feito com as crianças autistas na cidade de Ubá e região e, além disso, apresentar os métodos e atividades elaboradas e confeccionadas pelas professoras de acordo com a necessidade especial de cada aluno. Procura-se, ainda, mostrar a importância do lúdico neste processo, como ocorre à inserção dos alunos no CAEE e também ajudar a romper com as barreiras do preconceito entre as pessoas, principalmente pais de alunos, professores e funcionários das escolas de Ubá.

As crianças autistas, de acordo com o diagnóstico, apresentam um Transtorno do Espectro do Autismo, mais especificamente, um transtorno de desenvolvimento no comportamento, como relata Cunha (2013) “o autismo compreende um conjunto de comportamentos na comunicação, dificuldades na interação social e atividades restrito-repetitivas”.

Uma criança com TEA (Transtorno do Espectro do Autismo) apresenta algumas características diferenciadas, possíveis de ser observadas desde o nascimento, até mais ou menos uns três anos de idade, como por exemplo, não responder visualmente quando alguém está mexendo, brincando com ela, ou seja, seu olhar não tem um foco direto nessa pessoa. Alguns sinais externos no educando, que podem ajudar no reconhecimento do transtorno, são:

Retrair-se e isolar-se das outras pessoas; não manter contato visual; resistir ao contato físico; resistir ao aprendizado; não demonstrar medo diante dos perigos reais; agir como se fosse surdo; birras; não aceitar mudança de rotina; usar as pessoas para pegarem objetos; hiperatividade física; agitação desordenada; calma excessiva; apego e manuseio não apropriado de objetos; movimentos circulares no corpo; sensibilidade a barulhos; estereotípias; ecolalias; não manifestar interesse por brincadeiras de faz de conta; dificuldade para simbolizar e compreender subjetividades. (CUNHA, 2013:86)

Outro fator que merece destaque sobre o autismo de acordo com Cunha (2013) é a classificação que se dá aos diferentes níveis (graus), sendo leve, moderado e clássico, e para cada nível ou grau o autista apresenta um tipo de comportamento. Na prática, vale ressaltar

que nenhuma criança tem as mesmas características da outra simplesmente por ambas apresentarem a mesma classificação de autismo.

Cunha (2013) explica que autismo é um transtorno invasivo, e as pesquisas científicas creditam o comprometimento a alterações biológicas, hereditárias ou não. Diante disto, pode-se afirmar que autismo não é uma doença, nem é transmitido de uma pessoa para outra, também não é como se acreditava antes, que autismo se dava da ligação entre mãe e filho.

Por ser um tema muito discutido nos últimos anos, além do objetivo de compreender as metodologias adotadas pelo CAEE e utilizadas para o trabalho com as crianças autistas, será necessário descrever o processo de desenvolvimento dessas crianças no referido Centro, para um melhor entendimento do assunto.

Para trabalhar com essas metodologias, hipoteticamente, acredita-se que é feita uma avaliação com as crianças e com base nos resultados apresentados é construído um “planejamento” para ser executado com cada uma, individualmente. Geralmente, o trabalho realizado no CAEE busca envolver o lúdico, desenvolvendo as atividades através de jogos pedagógicos confeccionados pelos profissionais.

O CAEE oferece o Atendimento Educacional Especializado atendendo ao que está disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – (1996) no seu artigo 58, § 2º: “o Atendimento Educacional Especializado será feito em classes, escolas, ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular”.

2. Referencial Teórico

Suplino (2009) ressalta que Educação inclusiva é genericamente descrita como a inserção de alunos com necessidades educativas especiais em classes regulares, definição que se estabeleceu a partir da Declaração de Salamanca (1997). Esse documento aponta a inclusão dessas pessoas nas escolas regulares como democratização das oportunidades educacionais.

Afirma ainda que,

a proposta de Educação Inclusiva é que todos os alunos devem ter a possibilidade de integrar-se ao ensino regular, mesmo aqueles com deficiências sensoriais, mentais, cognitivas ou que apresentem transtornos severos de comportamento, preferencialmente sem defasagem idade-série, cabendo à escola, adaptar-se para atender às necessidades destes alunos inseridos em classes regulares. (SUPLINO, 2009:32)

Corroborando essa afirmativa:

“a inclusão escolar possibilita à criança com Autismo o encontro com outras crianças, cada uma em sua singularidade, o que muitas vezes não acontece em outros espaços pelos quais circula, que frequentemente priorizam um atendimento individual. O espaço escolar possibilita a vivência e as experiências infantis a partir da relação com as outras crianças. A escola é o lugar da criança.”(CHIOTE, 2013:20)

Portanto, ainda de acordo com Chiote (2013), incluir a criança com Autismo vai além de colocá-la em uma escola regular; é preciso proporcionar a essa criança aprendizagens significativas, investindo em suas potencialidades, constituindo, assim, o sujeito como um ser que aprende, pensa, sente, participa de um grupo social e se desenvolve com ele e a partir dele, com toda sua singularidade.

Durante muito tempo o autismo foi considerado como sendo um tipo de psicose. Até o início da década de 90 era comum ouvirmos pais, educadores e outros profissionais referindo-se às pessoas com autismo como se as mesmas fossem psicóticas e/ou esquizofrênicas. Conforme já apontado, sabemos atualmente tratar-se de um transtorno do desenvolvimento, incluindo perda de interação social e na comunicação, além de comportamentos e interesses incomuns. (SUPLINO, 2009:27)

Orrú (2012) diz que a palavra Autismo vem de uma origem grega (autos), que tem como significado si mesmo, ou seja, é usado pelos psiquiatras como denominação de um comportamento voltado para si mesmo. Acredita-se que pode ser considerado como um comportamento que tem como resultado ficar sozinho, um comportamento voltado para o próprio indivíduo.

Por outro lado, Orrú apud Kanner, (1948)

“revisou seu conceito de autismo diversas vezes. Em 1949, passou a referir-se ao quadro como “Autismo Infantil Precoce”, pela dificuldade no contato com as pessoas, desejo obsessivo por certas coisas e objetos, peça rotina nas situações, alterações na linguagem e mutismo, que os levava a grandes

problemas na comunicação interpessoal. Considerou-o como uma psicopatologia com as subsequentes observações: o autismo infantil precoce é uma síndrome bem definida, passível de ser observada com pequenas dificuldades no curso dos dois primeiros anos de vida da criança. Sua natureza básica é intimamente relacionada com a esquizofrenia infantil, pelo que o autismo infantil poderia ser uma manifestação precoce da esquizofrenia infantil.”

Orrú apud Ritvo (1976) afirma que os déficits cognitivos dessas crianças aparecem desde o nascimento, e leva-os para a sua particularidade comportamental. Diz ainda que essa síndrome pode acontecer associada a outras patologias específicas e o autismo seria a derivação de uma patologia exclusiva do Sistema Nervoso Central.

Atualmente, “o autismo é considerado, conforme a definição apresentada por Gilbert em seus estudos sobre diagnóstico e tratamento do autismo infantil, uma “síndrome comportamental com etiologias múltiplas e curso de um distúrbio de desenvolvimento” (ORRÚ apud GILLBERG, 1990:23).

Orrú (2012) ressalta que a crianças com autismo, sendo um indivíduo único, é exclusivo enquanto pessoa, e que durante os três primeiros anos de vida, as condutas desenvolvidas por uma criança normal não são as mesmas desenvolvidas por uma criança autista. Nos autistas, essas condutas são desestruturadas ou perdidas, ou até mesmo nunca chegam a se desenvolver. Completa afirmando que nessas funções se enquadram a falta de aquisição de regras estabelecidas, surdez aparente, ações antecipadas não praticadas e, em geral, a partir do sexto mês, por exemplo, sorrir ao ver a mãe se aproximar. Ainda é observada a falta de criatividade na exploração dos objetos e dos procedimentos de comunicação, normalmente intencionais que se desenvolvem a partir do primeiro ano de vida.

Nesse contexto,

o autista passa a ter uma relação singular com tudo que é externo. Fixa-se em rotinas que trazem segurança, não interage normalmente com as pessoas, inclusive com os pais, nem manuseia objetos adequadamente, gerando problemas na cognição, com reflexos na fala, na escrita e em outras áreas. (CUNHA, 2013:88)

Cunha (2013) contribui ainda ao relatar que o autista aprende de forma singular. Há uma relação diferente entre o cérebro e os sentidos, e as informações nem sempre geram conhecimento. Os objetos não exercem atração em razão da sua função, mas em razão do

estímulo que promovem. Um lápis poderá se tornar apenas um objeto de contato sensorial, perdendo sua função.

Portanto, “as políticas educacionais têm apresentado a educação como uma condição básica para o desenvolvimento humano, evidenciando muitas vezes, dificuldades no que diz respeito à garantia de um ensino de qualidade para todos, principalmente para as crianças autistas.” (ORRÚ, 2012:43)

Neste sentido, a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo:

“institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e considera a pessoa com Transtorno do Espectro Autista aquelas, que possuem deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento. E também padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamentos ritualizados; interesses restritos e fixos.” (LEI nº 12.764, 2012: 1)

Portanto, “As pessoas com Transtorno do Espectro Autista tem o direito aos seguintes aspectos: à educação e ao ensino profissionalizante; à moradia, inclusive à residência protegida; ao mercado de trabalho; à previdência social e à assistência social.” (LEI nº 12.764, 2012:2)

Parágrafo Único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º terá o direito a acompanhante especializado.

De acordo com o artigo 7º da Lei nº 12.764, (de 27 de Dezembro de 2012) o gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiências, será punido com multa de 3(três) a 20(vinte) salários-mínimos.

Segundo a Lei n° 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), artigo 58°, educação especial

“é a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.” E nos parágrafos 1°, 2° e 3° relata que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial; O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular; A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.” (LDB, 1996:21)

Percebe-se que atualmente as crianças com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), estão legalmente amparadas por leis, porém, não é todo município que busca atender as necessidades desta parcela de população.

3. Metodologia

A pesquisa objetivou investigar as metodologias utilizadas pelo CAEE (Centro de Atendimento Educacional Especializado), para o atendimento de crianças autistas, e se classifica como uma pesquisa qualitativa, que de acordo com Silva (2007), é caracterizada como compreensiva, holística, ecológica, humanista, bem adaptada para a análise minuciosa da complexidade, próxima das lógicas reais, sensível ao contexto no qual ocorrem os eventos estudados, atenta aos fenômenos de exclusão e de marginalização.

É básica, pois segundo Silva (2007), a pesquisa básica, o nome já esclarece, é a base da investigação acadêmica, presente nas fases iniciais da academia (a pesquisa que dará origem ao TCC é um bom exemplo).

Apresenta como observação direta intensiva, pois segundo Lakatos e Marconi (2010), a observação direta intensiva é realizada através de duas técnicas: observação e entrevista, e a presente pesquisa teve como instrumento uma entrevista (ANEXO I), que pode ser entendida como um encontro de duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. A entrevista tem como objetivo a averiguação de “fatos”, determinação das opiniões sobre os “fatos”,

determinação de sentimentos, descobertas de planos de ação, conduta atual ou do passado, motivos conscientes para opiniões, sentimentos, sistemas ou condutas.

Entretanto, essa pesquisa pode ser considerada como uma pesquisa do tipo estudo de caso, pois assim como diz Silva (2007), a pesquisa do tipo estudo de caso trata de um objeto bem restringido (individual) sobre o qual se levanta o maior número de informações possíveis. Assim, uma cidade, um fenômeno ou mesmo um evento podem ser objetos de estudo de caso. Por ser a análise de um caso isolado, deve-se ter o cuidado ao generalizar as conclusões para outros fatos/fenômenos do mesmo padrão.

A pesquisa teve como população o município de Ubá - MG e como amostra o CAEE, pelo fato de ser este o único lugar em Ubá que exerce trabalho com crianças portadoras de TEA através de um atendimento individualizado.

A pesquisa foi realizada por meio de entrevista semi-estruturada, que segundo Silva (2007) “entrevista semi-estruturada é feita com perguntas abertas, feitas oralmente em ordem prévia, mas na qual o entrevistador pode acrescentar questões de esclarecimento ou instigar as respostas do entrevistado.”

Em um primeiro momento, fez-se uma visita ao CAEE, logo em seguida, entregou-se o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (ANEXO II) para a coordenadora assinar e após assinatura e autorização, a pesquisadora apresentou à coordenadora o tema e objetivos da pesquisa.

Em um segundo momento, procedeu-se à entrevista, composta por 19 questões e realizada com a coordenadora do CAEE, sendo gravada para posteriormente ser transcrita e analisada, buscando responder aos objetivos da pesquisa. No momento da entrevista, que teve duração de uma hora e trinta minutos, estiveram presentes apenas a pesquisadora e a coordenadora do CAEE.

Este artigo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Fundação Presidente Antônio Carlos, através da Plataforma Brasil, sendo respeitados os procedimentos bioéticos, propostos pela Comissão Nacional de Saúde (Resolução CNS nº196/96).

4. Resultados e Discussão

4.1. Universo da Pesquisa

A pesquisa realizou-se no CAEE (Centro de Atendimento Educacional Especializado), situado na Rua Monsenhor Paiva Campos, nº 58, Centro (ao lado do PAM CRIANÇA), na cidade de Ubá – MG, e possui 37 funcionários, divididos nos setores: Coordenação

(psicopedagoga), Assistência Social (assistente social), Psicologia (psicólogo), Transporte (1 motorista e 1 estagiária), serviços gerais (cozinha e limpeza/ três serviços), confecção de materiais para eventos (reciclagem) (duas professoras), setor Lógico Matemático (uma estagiária e uma recreacionista), setor Linguagem Computadorizada (uma estagiária e um estagiário), setor Multissensorial (sete estagiárias e duas recreacionistas), setor Lecto-Escrita (uma professora), setor Psicomotricidade Fina (uma professora e uma estagiária), setor Estimulação Motora (duas estagiárias), setor Jogos de Mesa (dois estagiários), setor Fonológico e Libras (uma professora), setor Musicoterapia (uma monitora do Brasil Alfabetizado), setor Psicomotricidade Grossa (um professor, dois estagiários), setor Alfa-letrando (duas estagiárias).

O nome do Centro foi divulgado por ser objeto de estudo da pesquisa e único na cidade de Ubá.

O CAEE atende 350 crianças, em dois turnos, sendo 164 crianças no turno matutino e 186 no turno vespertino. As crianças são divididas e atendidas, em média, de 6 a 7 em cada setor. Com esta quantidade pequena é possível um atendimento específico, permitindo uma melhor qualidade do trabalho, que, como o próprio nome diz, é um Atendimento Especializado.

O CAEE é uma instituição pública, e após a institucionalização passou a ser considerado como um anexo da Secretaria Municipal de Educação. Este projeto foi idealizado pela atual secretária de educação quando há quatro anos convidou a atual coordenadora do CAEE para prestar um serviço na Secretaria Municipal de Educação, inicialmente com um grupo de estudos e pesquisas para a estruturação do Atendimento Educacional Especializado na rede municipal de Ubá.

A coordenadora do CAEE, com 45 (quarenta e cinco) anos de idade, assumiu os trabalhos há quatro anos e seis meses e faz parte do quadro de professores efetivos da rede municipal de ensino há 16 anos. Graduada em História, tem especialização em História da América; Psicopedagogia; Atendimento Educacional Especializado; Psicomotricidade e Educação; Neuroeducação e Educação, além de Gestão e Administração Escolar com Supervisão Escolar.

Ao ser questionada sobre como surgiu o CAEE/SME – Ubá, respondeu que

“... foi quando a atual secretária de educação em junho me fez o convite. Eu vim para a Secretaria de Educação a partir de agosto de 2009, nós fizemos um estudo, sobre leis, o que realmente deveria ser a estrutura do Atendimento Educacional Especializado, a que tipo de público atender, quais dentro desse público estudar, que tipo de metodologia ou metodologias seriam mais adequadas para o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem, então, foi dessa maneira a partir de um estudo

inicial, depois de uma formação da equipe, depois de estruturação dos primeiros jogos, materiais de trabalho e do espaço, é que surgiu a partir de 22 de fevereiro de 2010, o Atendimento Educacional Especializado no município de Ubá”.

Diante de tal resposta pode-se afirmar que o Atendimento Educacional Especializado é garantido pela Constituição Federal, e que esse Atendimento dá o direito à educação para aquelas crianças que inicialmente não podem estar inseridas no ensino regular.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN em seu artigo 58º “o Atendimento Educacional Especializado será feito em classes, escolas, ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular”. Portanto, pode ser oferecido fora da escola regular, como reafirmam Fávero, Pantoja e Montoan (2007) ao dizerem que o Atendimento Educacional Especializado pode ser fora da escola regular, pois é simplesmente um complemento e não um ensino (conteúdo) oferecido na rede regular para todos os alunos.

Sobre como é o funcionamento do CAEE, a coordenadora afirmou que

“... o Centro atualmente funciona das sete da manhã às onze e das treze às dezessete horas, a criança ou o adolescente que frequenta o CAEE, é atendido duas vezes na semana, duas horas a cada atendimento, perfazendo quatro horas ao total, essa criança ou adolescente geralmente é indicada pela escola ou pela busca da família. É marcada uma avaliação, essa avaliação constitui-se de uma organização da anamnese através da qual busca-se com a família obter os dados pessoais, dados do desenvolvimento da criança a partir dos primeiros meses de vida até a idade que ela está, procuramos também obter dados em relação à família, à composição, o ambiente familiar, o ambiente escolar, e dados que retratam a formação e constituição da fala da criança, da oralidade, que constitui a questão do desenvolvimento motor da criança, enfim, todos os fatores que podem nos dar uma informação do porque da criança está tendo dificuldade em determinada parte, ponto ou estrutura que venha atrapalhar o processo ensino e aprendizagem”.

A anamnese constitui-se em uma entrevista feita com a mãe da criança, no caso da criança autista, sobre fatores da vida dessa criança até o momento, perguntas como por exemplo, como foi o parto da criança, se ela criança dorme bem, entre várias outras perguntas que podem influenciar no desenvolvimento da criança.

Continuando a coordenadora relata que

“... a partir dessa anamnese enquanto a assistente social e o psicólogo estão estruturando essa anamnese com a família, eu enquanto coordenadora e psicopedagoga acompanho a criança aos setores e a partir de uma informação prévia da escola, da queixa inicial da escola e da queixa da família, a partir do momento que eu a acompanho no setor, vou verificando se aquela queixa que disse que ele está como, por exemplo, uma troca vocálica, que ele está com uma delimitação motora, que isso está causando uma dificuldade na escrita dele se realmente é uma realidade e a partir dessa observação nós marcamos um retorno com a família.”

A anamnese é “reminiscência, recordação. Conjunto de informações dadas por paciente, ou familiares, ou outros, e referentes a quando começou, como começou, como evoluiu, e como se manifesta a doença, pela ocasião em que, pela primeira vez, é consultado o médico.” (FERREIRA, 2010:138)

“... antes do retorno da família eu analiso os dados da anamnese que envolve dados psicológicos, de saúde, da vida, da socialização, da organização e da escola, o relatório da escola, o que eu observei e o que os professores aqui do CAEE observaram e desse conjunto de informações eu vou definir se essa criança realmente tem a necessidade ou não do Atendimento Educacional Especializado e quais os pontos que eu vou ter que estruturar e inicialmente priorizar no plano do Atendimento Educacional Especializado para que o atendimento realmente tenha êxitos.”

Focando o objeto de estudo da pesquisa foi perguntado qual é a proposta do CAEE para as crianças autistas, e como resposta a coordenadora afirmou que

“... primeiro a gente quer que elas sejam felizes e que elas estejam em contato com o mundo, isto é o principal objetivo. Quando uma criança autista sorri, a gente sente que ela está satisfeita, ela tem uma certa estereotipia e a gente sabe que ela usa a estereotipia quando ela está feliz, isso me dá uma coisa boa, uma sensação de certa forma de termos cumprido os objetivos.”

A estereotipia é definida como uma repetição comportamental que a criança autista apresenta, podendo ser na fala, ou em determinados comportamentos. Ferreira (2010) classifica como “repetição de gestos amaneirados, permanência em posições estranhas, etc., que constituem um dos sintomas não essenciais da esquizofrenia.”

“... a gente quer que uma criança às vezes venha oralizar, que venha se comunicar com o mundo, mas o principal é que ela consiga fazer as atividades da vida diária com certa independência, com certa autonomia, que ela consiga estar com as outras crianças, participar de ambientes coletivos, que elas progridam nas questões motoras, que tenham uma pega melhor, que haja transformação e que procure o que ela gosta, se ela gosta muito da música, gosta muito da arte vamos partir daí e potencializar as outras partes, toda criança é uma criança, por isso que a gente fala que o plano é individualizado, mas que cada um saia daqui diferente do que chegou e mais feliz.”

Pode-se dizer que o processo de construção de aprendizagem da criança autista é demorado e muitas vezes até chega a não ser desenvolvido, como por exemplo, a comunicação, portanto, é preciso ter paciência e respeito com aquela criança, pois nem sempre o que esperamos e queremos será realizado por ela.

Orrú(2012) diz que é preciso ter cautela para trabalhar com crianças autistas, pois o que é novo pode lhes gerar angústia e repulsa, por não compreenderem o motivo do que lhes está

sendo proposto , pelo fato delas apresentarem uma síndrome comprometidora de sua função simbólica.

Em relação à legislação que garante os direitos das crianças autistas, a entrevistada relatou que

“... antes da legislação mais voltada para a questão do autista, desde a constituição de 1988, as leis vem propondo a inclusão, a LDB que é a lei 9394/96, os pareceres de 2001 que também garantem esse avanço, em 2002 a Lei nº 10.436, em 2005 o Decreto 5.626, e finalmente o Decreto 7.611 da Presidente da República publicado em 17 de novembro de 2011, é a lei definitiva para a questão da inclusão de fato das crianças com necessidades, o Atendimento Educacional Especializado e incluiu o professor de apoio ou um estagiário, ou um auxiliar na sala. A partir daí a inclusão em relação ao autismo foi crescendo e com o DSM-V em maio de 2013 retirou a denominação de Transtornos Globais que é Asperger, Rett, e classificou como Transtorno do Espectro do Autismo, essa mudança ocorreu principalmente pensando nas questões dos direitos, pois, antes o Asperger muitas vezes não tinha direito ao professor de apoio, não tinha direito a determinados acompanhamentos médicos, hoje isso não mais acontece, desde que tenha o diagnóstico do Transtorno do Espectro do Autismo a lei garante esses benefícios e outros como o transporte, para quem mora em uma localidade distante. Se pensarmos na criança com autismo, podemos afirmar que elas possuem as condições necessárias para a inclusão e o desenvolvimento.”

A criança com Transtorno do Espectro do Autismo precisa ter amparo, não somente na área da educação, mas também na área da saúde, incluindo o direito a moradia, ao trabalho, como retrata a Lei 12.764 Inclusão Escolar do Autista, não citada pela entrevistada, mas que traz no seu artigo 3º a importância do autista ter direito a uma vida digna, à integridade física e moral, ao livre desenvolvimento da personalidade, à segurança e ao lazer.

Em relação aos programas que existem para trabalhar com as crianças autistas pode-se considerar que

“... dentro do CAEE inicialmente o primeiro passo que foi pensado foi a questão da capacitação da equipe, capacitação dos profissionais, primeiro estudar o que é Transtorno do Espectro do Autismo, quais as suas manifestações, qual a sua tríade e o porquê, depois, quais as metodologias que vem sendo utilizadas para o trabalho com autista. A partir desse estudo, começamos a colocar em prática e verificar quais apresentavam resultados melhores no dia-a-dia. Começamos também um trabalho com os familiares através de um projeto denominado “Grupo de Interação CAEE e Família”. Neste projeto a assistente social trabalha com os familiares buscando ajudá-los no enfrentamento da questões diárias, rotina, especialistas, atividades fisioterápicas, fono, em relação ao preconceito da sociedade, o que causa desgaste para a família.

Este grupo visa orientar os pais, conversar sobre o autismo, apresentar as possibilidades, as orientações e fazer com que esses pais se revigorem e saiam do encontro dispostos a colaborar mais, a buscar mais para o filho, a lutar pelos direitos dos filhos. Além disto, é necessário quebrar com o paradigma em relação à utilização de material quando os pais afirmam “eu não tenho dinheiro pra isso”, “eu não tenho dinheiro pra aquilo” e na espera não possibilita um atendimento adequado. Nosso lema é construir à medida que a gente pode, seja até mesmo reciclando, confeccionar materiais

adequados que atendem os objetivos propostos. Não precisamos esperar, buscamos no que temos o que realmente vai atender o objetivo.

Resumindo, trabalhamos realmente na formação dos professores; na base psicológica da família; na organização do espaço e no alicerce das escolas que atendem alunos com transtornos com Espectro do Autismo, orientando no planejamento, como transformar o planejamento “dito para os regulares”, organizar e estruturar para que o aluno autista se desenvolva. Estas são as quatro frentes que estamos atuando dentro do CAEE.”

Observa-se que existem grandes frentes desafiadoras a serem enfrentadas, sendo a família, a mais significativa, pois o desenvolvimento da criança autista dentre todos os fatores necessita da aceitação, da união família e escola. Cunha (2013) afirma que quando a família não consegue desenvolver seu papel, ou seja, cumprir sua parte, o aluno fica “desorientado”, principalmente aqueles que estabelecem os limites da convivência social e desaguam no comportamento, pois ele se sente inseguro. A importância da orientação da escola para a família, como acontece no CAEE com o Grupo de Interação CAEE e Família, é fundamental para estabelecer uma responsabilidade compartilhada com o desenvolvimento da criança autista.

A metodologia ou programa adotado pelo CAEE com as crianças autistas, segundo a entrevistada

“... é o programa TEACCH que consiste em trabalhar a criança para a socialização e mostrar representações que podem ser através dos chamados (PEC’S) materiais que vão direcionar essa criança a reconhecer e a representar e dessa forma vai facilitar a comunicação com o outro, porque oralizar não significa comunicar, comunicar é quando você transmite uma mensagem ou passa uma mensagem daquilo que você pretende.

As vezes a criança oraliza, mas ela tem uma ecolalia, repete, repete, e não tem objetivo na fala, comunicar pode ser através de um gesto, e você entende o que a criança quer. Como a gente adota o TEACCH de forma alguma ele prejudica o desenvolvimento da oralidade da criança, pelo contrário, ele impulsiona o desenvolvimento da oralidade ao ver, tem toda uma propensão da criança vir a oralizar. Trabalha-se das duas formas porque se ela não conseguir ela vai ter uma comunicação através da representação, se ela conseguir ela vai partir para a oralização.

Além disto, quando trabalhamos a questão da socialização da criança através do brincar ela tem o contato com o outro, de certa forma estamos abordando um pouco do SON RISE, a criança em um ambiente, através do brinquedo, dá retorno e chega a outra criança ou ao professor.”.

Na realidade, pode-se dizer que não tem uma metodologia específica e sim um conjunto de técnicas que consideramos estar surtindo efeito ao ser aplicada, em alguns momentos tem aspectos do SON RISE quando agente está tratando do brincar, do espaço, do reconhecimento e principalmente com os autistas clássicos e o TEACCH com a representação, o mostrar, o empenhar.

Como na pedagogia falar que só existe um método é um equívoco, ao trabalhar com o autista também, é preciso adaptar os métodos à necessidade da criança.”

De acordo com Orrú (2012),

O TEACCH (Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Deficits relacionados à comunicação surgiu, em 1966, como uma prática psicopedagógica, a partir de um projeto de pesquisa desenvolvido na Escola de Medicina da Universidade da Carolina do Norte, pelo Dr. Eric Schopler. Atualmente, é um dos programas frequentemente utilizados no Brasil e no mundo por instituições que trabalham com autistas e tem seus princípios baseados na teoria comportamental. (ORRÚ, 2012:60).

O programa TEACCH busca trabalhar uma forma de definir os comportamentos e a comunicação, para esse trabalho são utilizados estímulos visuais e audiocinestésicos visuais para produzir a comunicação, para isso as atividades realizadas são conduzidas pela linguagem dos símbolos apresentados.

Sendo o programa SON RISE criado pela família Barry Neil Kaufman e Samapria Lyte Kaufman para tentar alcançar o seu filho Raun quando descobre que ele é autista, esse programa surge depois que eles escutam vários conselhos que o seu filho não teria cura e que deveriam interná-lo, sendo então criado por seus pais o programa SON RISE.

De acordo com Orrú (2012) “a metodologia de ensino se dá a partir da condução das mãos do aluno que faz uso dos símbolos, em que se encontre em condições (ou se mostre capaz) de realizar a atividade proposta sozinho, porém com o uso do recurso visual”.

A orientação dos professores do CAEE é feita pela coordenadora e em relação a isto afirma que

“... o grupo é grande porque nós temos vários setores que foram criados de acordo com as demandas, busco enquanto coordenadora ter contato com cada setor e ir pontuando o que é fundamental. O importante é como fazer, mas o interessante é quando o professor se coloca no que está fazendo, que ele não coloque apenas o que eu passo em prática, mas, que ele ao planejar e colocar em prática considere as necessidades do aluno e o material mais adequado para que o atendimento surta efeito.”

No desenvolvimento da criança autista cada profissional tem a sua forma de atuar, seja fonoaudiólogo, psicólogo, educador. A respeito disto Chiote (2013) diz que “é preciso tentar estabelecer um diálogo entre os profissionais sem que um conhecimento se sobreponha sobre outro”, é preciso que haja interação entre os profissionais.

O professor precisa encantar, cativar seus alunos, e a cada dia buscar mais e não se contentar com o que está pronto e acabado, ele precisa inovar, criar, ter afetividade e despertar

a criança. Segundo Cury (2003) “Educar é ser um artesão da personalidade, um poeta da inteligência, um semeador de ideias”.

Em relação às práticas de ensino adotadas, a entrevistada informou que

“... o autista geralmente tem uma tríade no desenvolvimento, e de certa forma ela fica deficitária, a psicomotora, a socialização e a linguagem. As práticas de ensino têm que atingir e potencializar essa tríade. Na questão psicomotora é a elaboração de atividades para a criança utilizar de forma correta e potencializar determinados movimentos que talvez ela não os faça ainda, intercalando a psicomotricidade grossa, e a psicomotricidade fina, na linguagem oral potencializar através de atividades a oralidade e caso ela já tenha uma oralidade inicial que ela venha a ampliar o repertório de comunicação, pois muitas vezes a comunicação dessas crianças é limitada e as vezes é colálica ou repetida, trabalha para que essa ecolalia venha diminuir e aqueles que ainda não oralizam que possam fazer atividades ligadas a movimentos com a boca, com a língua, o sopro para que as cordas vocais estejam mais abertas, através disso, venha a tentar oralizar. Ao mesmo tempo essa linguagem também é estimulada através das representações de rélias ou mesmo de gravuras que são chamados os PEC'S da metodologia TEACCH, se a criança não vier a oralizar que represente e mostre, comunicando o que ela necessita. Em relação à socialização, ela se desenvolve através de práticas grupais e de atividades coletivas.”

É preciso variar as práticas de ensino da criança autista. Neste caso, o professor precisa utilizar a música, atividades que envolvam a coordenação motora grossa, como por exemplo, a linha movimento, jogos, entre outros. Cunha (2013) sugere algumas atividades, como por exemplo, “pegadas (passos) que busca trabalhar com o aluno o reconhecimento do pé direito, identificação lateral, equilíbrio, precisão nos passos e coordenação motora global; e outra atividade sugerida é a brincadeira caminhada a três onde busca desenvolver com a criança a coordenação motora, socialização, afetividade, equilíbrio, limites, comunicação e orientação espacial.”

Diante da pergunta que tipos de atividades e quais os processos pedagógicos adotados nessas atividades, a entrevistada ressaltou que

“... as atividades devem possibilitar o desenvolvimento de pinça, o movimentar dos braços e das pernas, o caminhar, a passada de maneira correta, a organização, permitindo que a criança consiga organizar o seu espaço, a sua mesa, estruturar uma atividade no chão. O objetivo inicial é desenvolver a coordenação motora grossa e motora fina. Os movimentos são lapidados pouco a pouco, possibilitando a criança autonomia e uma atuação melhor nas atividades. Na linguagem, pode-se utilizar como atividades, produzir sons a partir dos animais que eles gostam muito, produzir os sons dos animais, a pronúncia e os movimentos com a boca permitem que a linguagem seja desenvolvida. A questão social pode ser trabalhada através dos jogos, do convívio com outros colegas. Os processos pedagógicos ou estratégias metodológicas são desenvolvidas através de atividades individuais, em grupo pequenos e em grupos maiores, estas atividades podem ser feitas até com os autistas clássicos. Nos grupos menores aprende a compartilhar, a ter uma ação após o outro ter uma reação; trabalha-se com grupos maiores quando a criança consegue suportar o brincar com o outro, tendo o contato olho a olho. Não se pode trabalhar somente o individualizado, porque senão a criança se socializa apenas com o professor e não tem esse contato com o todo.”

“As atividades precisam ser abertas e diversificadas, ou seja, que possam abordar diferentes níveis de compreensão, de conhecimento e de desempenho dos alunos. As atividades são exploradas segundo as possibilidades e interesses dos alunos”. (CHIOTE, 2013:45). É importante ressaltar a forma como são elaborados os materiais para as atividades: eles são feitos de materiais recicláveis, onde o professor adapta a necessidade primordial do seu aluno, como por exemplo pregadores, caso seu aluno precise desenvolver o movimento de pinça para futuramente conseguir desenvolver a pega no lápis.

Neste contexto, questionou-se como são planejados e confeccionados os materiais,

“... nós temos um encontro semanalmente às sextas-feiras, dia que não tem a criança, nesse encontro inicialmente é feita uma reunião para troca de informações. Através destas informações estruturam-se os materiais ligando-os e contextualizando-os para dar significado para a criança. Além disso, integramos as crianças independentemente da deficiência e transtornos que possuem através da utilização dos materiais.”

As temáticas envolvem a higiene, o respeito, os hábitos diários entre outros. Entretanto, os materiais mais utilizados pela criança autista partem da metodologia TEACCH, que segundo Orrú (2012) “são imagens que podem substituir na comunicação, a inexistência de linguagem, conduzindo a criança a comportamentos cada vez mais satisfatórios, por meio de interações sucessivas e compreensão de seu ambiente”.

Em relação a como o professor deve trabalhar com a criança autista, compreende-se que

“... o primeiro passo é ter vontade e afetividade, não física de abraçar e beijar, mas afetividade do olhar da percepção, da docilidade, sabendo quando ser carinhoso com a criança e quando ser firme. É necessário estabelecer limites, não pode ser considerado como “coitadinho”, senão não se desenvolverá.

Outro ponto importante é querer estudar, pois a cada dia é uma informação nova, sobre a criança e sobre o autismo.” Fazer a relação entre teoria e prática é essencial.

O professor precisa ser afetivo e essa afetividade parte da observação, do querer o bem do aluno, como diz Cunha (2013), “a observação faz com que o professor seja um pesquisador, pois ele pode registrar o que vê, com a isenção de preconceitos, e levará o professor a conhecer o educando, suas qualidades, e também suas limitações.”

Afirma ainda que afetividade “é o primeiro passo para a aprendizagem, o principal gene do afeto é o amor, que reveste de humanidade a práxis escolar, com laços de compreensão e entendimento, tornado o aprendizado surpreendentemente atraente.” (CUNHA, 2013:34).

Considerando a necessidade de estimular o autista a entrevistada afirmou que

“... primeiramente é a socialização em relação ao aluno e professor, estabelecer relação de confiança, e se confirma quando o aluno passar a ver o professor como referência, confiar nele e a partir daí abre possibilidades para que o professor estimule a parte cognitiva.”

Quanto ao papel do professor no desenvolvimento da criança com autismo, afirma a entrevistada

“... ser um papel muito significativo porque um aluno autista precisa muito da família e do professor e esse professor tem que ter consciência que o autista e o ser humano precisa de mais atenção, de mais dedicação da parte dele e que esse ser humano é passível de mudanças, passível de conhecimentos, precisa acreditar que é capaz de fazer algo para essa criança, ou seja, que ele é capaz de ajudar essa criança a se desenvolver ao máximo possível, de acordo com suas possibilidades.”

Cunha (2013) colabora com a colocação acima afirmando que “o professor precisa descobrir a ação desejante do aluno, pois ela nos mostra qual o caminho para conquistá-lo, a ação desejante é o que traz significado, o que move a disposição para aprender.”

Em relação ao papel da brincadeira no trabalho pedagógico com crianças autistas, a entrevistada informou que

“... o lúdico, o brincar são linguagens da criança e ensinar através da brincadeira é tornar o processo de ensino e aprendizagem prazeroso e mais laboratorial. Muitas pesquisas afirmam que o trabalho da multissensorialidade é fundamental porque você tem que despertar na criança, principalmente na criança autista, os sentidos e a ludicidade, trabalha-se com os sentidos toda vez que em uma brincadeira a criança utiliza o tato, a visão, o paladar. Os sentidos quanto mais forem integrados no desenvolvimento da atividade, mais essa criança vai estar concentrada e terá uma compreensão melhor do processo.”

A criança autista precisa do concreto e real, para fazer a interação e realmente se desenvolver, o brincar é a uma metodologia que permite obter esse resultado, neste caso, o professor precisa ter criatividade em sua prática pedagógica, como diz Cunha (2013) o professor precisa ter criatividade e desenvolver trabalhos artísticos como, por exemplo, pintura, música, pois essas atividades estimulam o foco de atenção de qualquer aprendiz, e se torna uma aprendizagem lúdica.

Ainda foi perguntado qual o papel da afetividade na relação professor e aluno autista e a resposta foi que

“... é fundamental, a inclusão se faz através da percepção. Incluir é um ato do coração, vem do querer e acreditar que o outro tem possibilidades, neste contexto a afetividade é muito importante.”

De acordo com Cunha (2013) “o afeto é científico: ao consumir o afeto, o cérebro recompensa o corpo por meio da sensação de prazer e de alegria. Ser afetivo não é ser

adocicado. Ser afetivo é trabalhar com qualidades, as emoções, os interesses e os sonhos que possuímos”.

Ao ser perguntado qual a possibilidade da criança autista ser inserida na escola regular e como deve ser este trabalho, a entrevistada afirmou que

“... hoje depois do DSM-V, o autismo, o asperger, essas siglas caíram em desuso, denomina-se Transtorno do Espectro do Autismo, o leque é muito grande, o autista inicial que é um autista de alto funcionamento ele pode totalmente ser incluso na escola, inclusive, pode se tornar um aluno de altas habilidades, principalmente na área artística que envolve a música, a pintura, na área da eletrônica; o autista mediano também pode ser incluso na escola regular, ele vai precisar de um professor colaborador, que é alguém que esteja na sala com o professor regente para dar atendimento direcionado e individual para ele, ele tem possibilidade, porque oraliza tem os movimentos, a questão motora dele não é limitada e a socialização também foi trabalhada. O autista clássico de baixo funcionamento é o que tem problemas cognitivos, o cognitivo não está totalmente preservado, neste caso é mais difícil de ser incluso na escola regular por uma série de fatores, muitas vezes a criança não oraliza, a questão motora é limitada ainda, a socialização também e como a própria legislação destaca estar incluso não significa necessariamente em todos os casos estar em uma escola regular, em alguns casos significa estar em um espaço aonde ele tenha convívio com outras crianças, que possa desenvolver as habilidades e ser potencializado.”

Chiote (2013) salienta que “incluir a criança com Autismo vai além de colocá-la em uma escola regular, em uma sala regular; é preciso proporcionar a essa criança aprendizagens significativas, investindo em suas potencialidades, constituindo, assim, o sujeito como um ser que aprende, pensa, sente, participa de um grupo social e se desenvolve com ele a partir dele, com toda sua singularidade”.

Em relação ao acompanhamento da criança autista pela família, o CAEE, segundo a entrevistada

“... orienta as famílias sobre o acompanhamento a ser feito. Essas famílias quando recebem o diagnóstico de autismo é como se tivessem perdido o chão e acham que o filho vai ser um inútil, não vai aprender nada, não vai poder sair e a partir do momento que levamos um pouco de conhecimento sobre o Transtorno, a possibilidade que essa criança tem se for potencializada, se a família incentivar e estimular, a família começa a enxergar possibilidades. No CAEE, a assistente social e o psicólogo fazem esse trabalho, principalmente, a assistente social com o chamado Grupo de Interação CAEE e Família. Os pais, às vezes, estão sugados e desanimados, a gente se reúne toda última quinta do mês com temáticas e através dessas temáticas buscamos levantar a autoestima dessa família.”

De acordo com Cunha (2013), “o primeiro contato que a criança possui em relação às regras de comportamento social é com a família, todavia é necessário fazer parte da formação da criança os ensinamentos que regem a ordem disciplinar, mas é óbvio que deve começar da família”.

A família precisa compreender a criança no seio familiar e muitas vezes não está preparada para assumir as dificuldades do filho na vida em sociedade, ocasionando a

exclusão. A família é o lugar ideal para os primeiros contatos com a disciplina, correção, respeito, direitos e deveres.

Cunha (2013) destaca que “é na família que o aluno aprende a reconhecer a autoridade do professor, porque o aluno aprende a reconhecer primeiro a autoridade dos pais”.

Questionada sobre se a inclusão escolar de crianças com autismo já é uma realidade social ou está em construção e por que, a entrevistada disse:

“... eu acredito que está em construção, falo que é realidade porque estou com as crianças. Nesses quatro anos, principalmente nos dois últimos, considero que a construção cresceu muito, a abertura das escolas regulares para os alunos autistas está bem maior e a busca também da escola regular por profissionais, por orientações, também tem ampliado. Em construção porque nós temos ainda um longo caminho, as escolas precisam se preparar mais em relação ao autismo. Nós já demos um grande passo, pelo fato de que nas escolas municipais hoje, a criança tem um professor auxiliar para cooperar com o professor.”

Segundo Chiote (2013) “a inclusão escolar possibilita à criança com autismo o encontro com outras crianças, cada uma em sua singularidade, o que muitas vezes não acontece em espaços pelos quais circula que frequentemente priorizam um atendimento individual.”

Ao finalizar a entrevista, foi perguntado como se avalia os resultados da criança autista e a resposta foi que

“... a avaliação acontece a partir do momento que a criança chega ao CAEE através de uma anamnese e também uma avaliação psicopedagógica, para que possamos visualizar os entraves, as dificuldades, as limitações e quais os aspectos que chamam atenção dessa criança. Avalia-se o desenvolvimento motor, cognitivo e o tempo que a criança utiliza para executar as atividades. Se com o tempo conseguimos aumentar ou graduar esse tempo mais a criança se desenvolve, quer dizer que a avaliação do trabalho está sendo positiva.”

Neste contexto,

“o processo de avaliação que é coerente com uma educação inclusiva acompanha o percurso de cada estudante, a evolução de suas competências e conhecimentos. Para isso são vários instrumentos que podem ser utilizados para avaliar, de modo dinâmico, o resultado da aprendizagem, como: portfólios, atividades dos alunos, diários de classe e as provas que constituem opções de avaliação desejáveis, desde que haja o objetivo de analisar, junto aos alunos e aos seus pais, os sucessos e as dificuldades escolares.” (FÁVERO, PANTOJA E MONTOAN, 2007:54)

Observa-se que a criança autista precisa de uma avaliação diferenciada, não tradicional, adaptada às suas necessidades motoras, cognitivas e sociais.

5. Considerações Finais

Destaca-se que as metodologias utilizadas pelo CAEE com as crianças autistas, os programas TEACCH e SON RISE tem possibilitado resultados satisfatórios. Através da percepção visual e do brincar, a criança com prazer reconhece o mundo e o representa, conseguindo, dessa forma, estabelecer uma comunicação significativa.

O trabalho realizado no CAEE é individual, de forma a atender as necessidades e características de cada criança, levando em conta, no caso do autismo, o grau de comprometimento de cada um. Para cada grau, leve, moderado ou clássico, é aplicada as atividades com níveis diferentes, adaptadas e/ ou transformadas para melhor atendê-los.

Assim que a criança autista apresenta condições, ela passa a participar de pequenos grupos e posteriormente de grupos maiores, em um trabalho que tem como foco a comunicação com o outro e a socialização.

Considera-se que todo o trabalho desenvolvido no CAEE é feito por profissionais qualificados e comprometidos e tem como pano de fundo em todas as ações “o afeto”, característica primordial na relação de quem trabalha com crianças com necessidades especiais.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 8. Ed. Brasília: Câmara, 2013.

BRASIL, Lei n° 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo**. 2012.

CHIOTE, Fernanda de Araújo Binatti. **Inclusão da Criança com Autismo na Educação Infantil: trabalhando a mediação pedagógica**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na Escola: Um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – idéias e práticas pedagógicas**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013.

_____. **Práticas Pedagógicas para Inclusão e Diversidade**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013.

CURY, Augusto Jorge. **Pais Brilhantes, Professores Fascinantes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga; PANTOJA, Luísa de Marillac P.; MONTOAN, Maria Teresa Eglér. **Atendimento Educacional Especializado: aspectos legais e orientações pedagógicas**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa**. 5. Ed. Curitiba: Positivo, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ORRÚ, Sílvia Ester. **Autismo, Linguagem e Educação: interação social no cotidiano escolar**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

SILVA, José Maria da; SILVEIRA, Emerson Sena da. **Apresentação de Trabalhos Acadêmicos: normas e técnicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SUPLINO, Maryse. **Vivências Inclusivas de Alunos com Autismo**. Rio de Janeiro: Diferenças, 2009.

ANEXO I



Fundação Presidente Antônio Carlos – FUPAC
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ubá
www.ubafupac.com.br

Termo de Consentimento Livre + Esclarecido

(Atendimento a Resolução 196/96-CNS-MS)

Você está sendo convidada como voluntária a participar da pesquisa “**Metodologias utilizadas pelo CAEE (Centro de Atendimento Educacional Especializado) de crianças autistas no município de UBÁ-MG.**”

- Neste estudo pretende-se investigar as metodologias utilizadas pelo CAEE, para o atendimento de crianças autistas.
- Justifica-se a importância de conhecer e divulgar o trabalho feito com as crianças autistas no CAEE, devido ao fato de serem utilizados métodos e atividades apropriados a cada caso particularmente.
- Para este estudo serão necessários os seguintes procedimentos: Observação do trabalho realizado e uma entrevista com a coordenadora do CAEE, por ser dela que partem todas as instruções e orientações de como deve ser realizado o planejamento.
- Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira;
- Você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se;
- Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento;
- A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido (a) pelo pesquisador;
- O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo;
- Você não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar desse estudo;
- Este estudo apresenta risco mínimo, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, tomar banho, ler, etc;
- Apesar disso, você tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa;
- Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada;
- Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão;
- Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável, por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos;
- Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Eu, _____, portador (a) do documento de identidade _____, após a leitura do presente Termo, e estando de posse de minha plenitude mental e legal, ou da tutela legalmente estabelecida sobre o participante da pesquisa, declaro expressamente que entendi o propósito do referido estudo e, estando em perfeitas condições de participação, dou meu consentimento para participar livremente do mesmo.

Ass. Sujeito

Ass. Pesquisador

Daniele Maria Mendes Gonçalves – e-mail: dannii-goncalves@hotmail.com
Faculdade Presidente Antônio Carlos- FUPAC- Pedagogia

Ubá, 18 de setembro de 2014



ANEXO II

Fundação Presidente Antônio Carlos – FUPAC
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ubá
www.ubafupac.com.br

Escola: _____

Data: ___/___/20__

Segmento pesquisado:

Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano Educação Infantil

Outros: _____

Profissional entrevistado:

Diretor Supervisor Pedagógico

Professor Regente Professor Específico

Outros _____

Rede de ensino:

Rede pública Rede privada

Identificação

Idade:

18 a 30 anos 31 a 40 anos

41 a 50 anos 51 a 60 anos + de 61 anos

Sexo:

Feminino Masculino

Formação:

Superior Pós-Graduado

Mestre Outro _____

Tempo de atuação na área de Educação: _____

Tempo de atuação no Ensino Fundamental: _____

Tempo de atuação na Educação Infantil: _____

Tempo de atuação no CAEE: _____

1. Como surgiu o CAEE/SME – Ubá?
2. Como é o funcionamento do Centro?
3. Qual é a proposta do CAEE para as crianças autistas?
4. Existe uma legislação que garanta os direitos das crianças autistas? Qual ou quais?
5. Quais os programas que existem para trabalhar com as crianças autistas?
6. Qual é a metodologia ou programa adotado pelo CAEE/SME - Ubá com as crianças autistas?
7. Como ocorre a orientação da coordenadora com os professores?
8. Quais são as práticas de ensino adotadas?
9. Que tipos de atividades e quais os processos pedagógicos adotados nessas atividades?
10. Como são planejados e confeccionados os materiais?
11. Para o professor trabalhar com a criança autista qual deve ser o primeiro passo?
12. Inicialmente o que deve ser estimulado no aluno?
13. Qual é o papel do professor no desenvolvimento da criança com autismo?
14. Qual o papel da brincadeira no trabalho pedagógico com crianças autistas?
15. Qual o papel da afetividade na relação professor e aluno autista?
16. Qual a possibilidade da criança autista ser inserida na escola regular e como deve ser este trabalho?
17. Como deve ser feito o acompanhamento da criança autista pela família? O CAEE orienta as famílias? Se sim, como o faz?
18. Você acredita que a inclusão escolar de crianças com autismo já é uma realidade social ou está em construção? Por quê?
19. Como avaliar os resultados dessas crianças autistas?

Entrevista gravada com a autorização da entrevistada.